

NO AR DA DIFERENÇA
Mídia e cultura nas mãos da juventude

Alexandre Barbalho
Professor do PPG em Políticas Públicas e Sociedade - UECE

RESUMO

Este artigo discute a relação entre juventude, entendida como minoria, e mídia a partir do estudo de caso da ONG Alpendre que atua na cidade de Fortaleza – Ceará no setor de comunicação e cultura. O que se pretende no trabalho é principalmente apontar um caminho teórico para se pensar esta comunidade de jovens comunicadores – tal caminho teórico aponta para a discussão acerca das políticas culturais da diferença e das políticas de amizade.

Palavras-chave: Minorias; Juventude; Mídia

Em várias cidades brasileiras, grupos de jovens vêm se organizando para criar e difundir suas visões de mundo, seja através de linguagens artísticas (teatro, música, pintura), seja recorrendo aos meios de comunicação (jornais alternativos, rádios comunitárias, blogs), ou confluindo arte com tecnologia midiática (vídeo-clip, música eletrônica, instalações). Uma grande parte destas organizações assume a forma de ONGs e atua de modo sistemático e institucional, compondo o amplo leque de movimentos sociais presentes na esfera pública contemporânea - na realidade formada por diversas esferas entre as quais a midiática e a artística.

Quando se entende que um movimento político traz e provoca elementos culturais e, por outro lado, que qualquer movimento cultural tem conseqüências políticas, é possível perceber, como apontam Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), que todos os movimentos sociais colocam em prática, de forma mais ou menos clara, políticas culturais.

Ora, os movimentos juvenis referidos, ao provocarem “conflitos de idéias, disputas institucionais e relações de poder na produção e circulação de significados simbólicos”,

atuam diretamente na esfera do que Jim McGuigan (1996, p. 01) denomina de sentido mais amplo de políticas de cultura¹.

No entanto, nossa perspectiva não é refletir sobre as políticas culturais juvenis colocando-as, sem distinção, em um mesmo horizonte prático e teórico, em um mesmo discurso universalista. Não é o caso de desdobrar esta questão aqui, mas importa apontar que existem diversas matizes destas políticas (daí o termo no plural) recorrendo a estratégias e táticas específicas. As que nos interessam são aquelas que compreendemos como atuantes no campo da “nova política cultural da diferença”.

Cornel West (1995) aponta a recente mudança na sensibilidade de artistas e críticos que procuram se contrapor às divisões entre universidades, museus e mídias, por exemplo, e à transformação da cultura em mercadoria. As principais características desta orientação de política cultural seriam a quebra da homogeneidade em benefício da multiplicidade e da heterogeneidade e a rejeição dos valores abstratos e universais em nome do específico, do concreto, do particular. Uma nova política cultural da diferença que historiciza, contextualiza, multiplica, orientada por valores contingentes, variáveis, provisórios, enfim, processuais.

Podemos nos ater a estas características definidas por West e ampliar seu universo analítico, ou seja, não se restringir à atuação de artistas e críticos, mas incluir todos aqueles que atuam na produção e circulação de bens simbólicos, o que nos permite compreender os movimentos juvenis nas artes e também nas mídias como expressões desta nova política da diferença.

Neste artigo, situaremos a atuação da ONG Alpendre localizada em Fortaleza e, de forma específica, sua atuação na mídia através do programa NoAr – um projeto produzido por jovens moradores de bairros carentes de Fortaleza. Trata-se de uma pesquisa que está em seu início, portanto, o que nós propomos nesse momento é apenas apontar alguns percursos teóricos possíveis para compreendermos como estes jovens se colocam como sujeitos por meio de uma ação midiática ao afirmarem suas diferenças (e identidades).

¹ No original: “class of ideas, institutional struggles and power relations in the production and circulation of symbolic meanings”.

1. Juventude como minoria

Antes de tudo, no entanto, faz-se necessário situarmos de onde estamos falando sobre os jovens. Ora, existe já uma bibliografia bastante estabelecida que aponta como a noção de juventude é um *constructo* social e não uma definição baseada somente em aspectos biológicos.

Pierre Bourdieu (1983), por exemplo, observa como a separação do mundo do jovem e o do adulto baseia-se em uma fronteira arbitrária, em um poder de di-visão que estabelece o que é apropriado uns e outros fazerem – poder este que em nossa sociedade está nas mãos do segundo.

A separação jovem-adulto é uma estratificação social, baseada em uma pretensa classificação objetiva por idade, e que implica na delimitação de espaços e na imposição de uma ordem. Ao mesmo tempo, ao se falar da juventude, no singular, se estabelece algo como sua essência e se procede a uma operação de neutralização das diferenças sociais entre os jovens².

Não há necessidade de desenvolvermos aqui esse debate. O que nos interessa é compreender os jovens como compondo (ou podendo compor) uma minoria, um devir minoritário. Como situa Félix Guattari (1999), um devir é a possibilidade (ou não) de um processo se singularizar diante das estratificações dominantes de uma sociedade; é a capacidade de subjetivação de uma minoria que escapa à individualização em série do capital. A questão das minorias, por essa via de análise, é a da multiplicidade, da pluralidade; a de constituição enquanto movimentos processuais e transversais aos estratos sociais.

Compreender os jovens como potências minoritárias é entender que o seu devir apresenta-se como uma linha de fuga em uma sociedade modelada pelos valores daquilo que se estabelece como “adulto”, “maduro” – em especial se esse devir se comunga com outros como o negro, o feminino, o homossexual, além de questões de classe – as diferenças entre as juventudes das quais fala Bourdieu.

² Ver, para uma contextualização da discussão sobre o assunto, CARDOSO, SAMPAIO (1995). Sobre as políticas públicas desenvolvidas para os jovens ver a pesquisa organizada pela UNESCO *Políticas públicas de/para/com juventudes* (2005).

Benjamin tem um belo texto sobre a experiência da juventude em contraposição àquela do adulto transfigurado em filisteu. Este “jamais levanta os olhos para as coisas grandes e plenas de sentido; a experiência se torna para ele a mensagem da vulgaridade da vida” (BENJAMIN, 1984, p. 24). O filisteu deseja arrastar o jovem para sua desilusão, para sua falta de vontade e potência. Mas, adverte Benjamin, a juventude conhece outra experiência que “é o que existe de mais belo, intocável, inefável, pois ela jamais será privada do espírito se nós permaneceremos jovens” (BENJAMIN, 1984, p. 25).

Após estabelecermos o lugar teórico de onde falamos sobre a juventude, devemos situar o lugar físico onde alguns jovens comunicadores atuam em Fortaleza: a ONG Alpendre.

2. O contexto de produção do NoAr

O Alpendre é uma ONG sediada em um galpão tombado pelo patrimônio histórico, construído na década de vinte, com cerca de 600 metros quadrados, na Praia de Iracema, bairro da boemia intelectual de Fortaleza. Este espaço já passou por diversas configurações e possui diversos usos desde a criação da Organização em novembro de 1999. Mas importa dizer que em sua origem, o Alpendre congregou artistas contemporâneos preocupados em criar um espaço para discussão, pesquisa, produção, divulgação e formação nas mais diversas linguagens artísticas reunidas em núcleos (literatura, artes plásticas, audiovisual, dança e teatro e editoração).

Já nos primeiros materiais de divulgação do Alpendre, podemos observar seu compromisso em promover a diferença, a alteridade e com a invenção, com a criação – em outras palavras, percebemos uma instituição inserida dentro da “nova política cultural da diferença” descrita anteriormente:

A palavra alpendre nos é preciosa. Remete a marcas que nos foram deixadas por longas noites de histórias, relatos e conversas acumuladas no aconchego de um alpendre. Nos faz lembrar esse território plástico que na sua lisura pode ser transformado, convertido e reconvertido, palco de brincadeiras e invenções, lugar do espírito de alegria e criação. Lugar de pouso e pausa para os que passam, lugar de acolhida e flerte com a alteridade. Mas um alpendre também é esse lugar entre a casa e a rua, o exterior e o interior, espaço das trocas e dos fluxos.

É aí que nos reencontramos, no meio dessas ressonâncias, no lugar das conversas, invenções, dos pousos e pausas, das trocas. É aí que o Alpendre vai se configurando como um lugar de passagens, um entre-lugar. Um espaço constituído por esses fluxos, interface entre o *dentro* e o *fora*. Uma espécie de acumulação por vizinhanças que não deve ser reduzida a uma simples aproximação, mas que potencialize os encontros, busque consistências, multiplicidade e leveza. Um jogo que a cada lance amplie o lugar da criação e do pensamento.

Queremos construir esse espaço como se constrói um conceito. Interessam as questões contemporâneas com as quais a criação e o pensamento se embatem. Experimentar caminhos, como viajantes que não precisam habitar uma cidade, um estado, um país, mesmo que eles nos habitem. Nômades, mesmo que em nossos territórios, habitantes de uma velocidade intensiva.

Se a pretensão inicial era de atuar no interior do campo artístico, a necessidade de manutenção da ONG fez com que a diretoria procurasse fontes de financiamentos na área social, o que a levou a concorrer no edital da Capacitação Solidária, com o projeto TV de Rua, em 2000, a primeira experiência com formação de jovens na área do audiovisual. Foram 30 jovens moradores de duas regiões de baixa renda de Fortaleza, Serviluz e Poço da Draga. A partir dessa experiência, o Alpendre incorporou a atuação no campo social como integrante de seus objetivos.

Três anos depois de sua criação, em seus documentos encontramos a seguinte definição sobre a instituição: o Alpendre “...reúne um grupo de artistas e pesquisadores em torno da dança, das artes visuais (vídeo, fotografia, cinema, artes plásticas) e de projetos de arte-educação com adolescentes entre 16 e 24 anos” e tem como objetivo “criar e desenvolver projetos que ajudem a formar um circuito de pesquisa, reflexão e produção artística na cidade, constituindo-se de forma a integrar adolescentes de comunidades em situação de risco”. Nesse contexto, se estabelece uma forte relação com a Associação dos Moradores do Poço da Draga, comunidade de baixa renda situada próxima à sede da ONG, pois dali vinha grande parte dos jovens que participavam de seus projetos de arte-educação³.

O projeto NoAr vem desse processo e se inicia em 2003, com apoio do POMMAR/USAID e do Centro Cultural Dragão do Mar, um centro de cultura mantido

³ O Poço da Draga é uma comunidade com mais de 60 anos de existência e situada à beira-mar, na região do antigo porto de Fortaleza. Segundo dados da Secretaria Estadual de Infra-estrutura, em 2001, o Poço da Draga era composto por 1071 moradores, sendo que 54,79% desta população são de jovens com até 25 anos. Já dos que assumiam a manutenção da família, 59,74% recebiam até um salário mínimo e 26,12% recebiam entre um e dois SM. Tais perspectivas propiciavam, e ainda propiciam, a delinqüência juvenil, como o consumo de drogas, tráfico e pequenos assaltos. Para uma abordagem antropológica do Poço da Draga ver: SOUZA (s/d).

pelo governo estadual e situado nas vizinhanças do Alpendre. Em sua primeira versão, o NoAr trabalhou com 45 jovens entre 16 e 24 anos, todos eles vindos do Poço da Draga⁴.

Nos documentos elaborados pela instituição, o NoAr é entendido como um dos núcleos do Alpendre, um núcleo de formação nas áreas de vídeo e internet, cujo objetivo seria o de que “criar e desenvolver projetos que ajudem a formar um circuito de pesquisa, reflexão e produção artística na cidade, constituindo-se de forma a integrar adolescentes e jovens de comunidades em situação de risco”.

Na justificativa do projeto NoAr mais uma vez observamos o quanto a proposta de trabalho do Alpendre se insere nas políticas da diferença. Compreendendo a sociedade contemporânea como uma sociedade pautada em grande parte pelas informação e pela comunicação, o texto aponta a necessidade premente de fortalecer os processos de singularização que escapem dos fluxos homogeneizantes da globalização, é preciso, portanto, re-significar a informação.

Por outro lado, os coordenadores do projeto defendem que é preciso combater a representação simplista dos jovens agrupados em torno de gangues. Nesta forma de sentimento gregário, segundo avaliam, “o espírito de participação e pertencimento dos jovens, bloqueado em suas formas afirmativas de vida, acabam por assumir uma linha reativa onde a violência funciona como catalizador no qual *eu* me afirmo a partir da anulação do *outro*”.

Faz-s necessário, continua o documento, “afirmar o espaço público como lugar do partilhamento e da solidariedade”. E no caso específico do NoAr, é preciso “trabalhar os meios de comunicação a partir dos processos da arte e apostar na radicalidade destes processos como força de reinvenção de novas formas e linguagens, trazer a comunicação para o jogo da vida, como um processo aberto de experimentação”. Mais do que capacitar os jovens nas linguagens midiáticas, o que se propõe é que eles possam reinventá-las e não copiar os modelos, as gramáticas estabelecidas:

⁴ Como foi dito, os jovens do Alpendre já tinham estabelecido uma relação com o Alpendre, desde que se realizou o projeto TV de Rua em 2000. Essa aproximação se reforçou com o projeto Circuito Contemporâneo de Artes Plásticas, patrocinado pela Petrobrás. Tratava-se de uma série de exposições de artistas brasileiros contemporâneos na galeria do Alpendre e que incorporou 24 jovens da comunidade num processo de formação de monitoria em artes visuais.

Tomar nas mãos as novas mídias não é só uma questão de tê-los ao alcance. Tomar algo para si é envolver-se, apropriar-se. E isso não se faz sem um processo de vivência e experimentação. Não basta promover o acesso aos meios, é preciso um processo continuado de formação e contra-informação para desmascarar os clichês do mundo da mídia e possibilitar outras formas de apropriação. Essa visão envolve, sobretudo, a (re)construção de projetos e sonhos apostando no resgate do potencial humano e criativo presente em cada um desses adolescentes, que buscam novas perspectivas de vida.

3. Uma política da amizade?

Ao observarmos a constituição do grupo de jovens que atuou no projeto NoAr podemos afirmar que não é possível observar ali o que os Estudos Culturais britânicos denominaram, nos anos 70, de subcultura juvenil, expressão simbólicas dos jovens filhos de operários, como o movimento punk. Não há esse recorte classista no cotidiano vivenciado por esses jovens durante o projeto. Não há tentativa de produzir uma cultura de oposição à cultura burguesa.

Por outro lado, não percebo nessa relação a configuração de um estilo de vida específico baseado no consumo. Ou de uma tribo, termo este recorrente na sociologia francesa, em especial na obra de Michel Maffesoli. Apesar de reconhecer entre os jovens pesquisados o sentimento de estar junto, de comunhão de sentidos, não há uma linha de identificação entre eles, um repertório comum que os agregue. Em outras palavras, eles não fazem parte de um grupo, ou de uma tribo, com uma identidade estabelecida, mesmo que efêmera ou instável.

São jovens que vieram de um mesmo local da cidade, de fato, mas que foram se candidatar ao projeto motivados por questões diversas. Todos passaram por um processo comum de formação: tiveram aula de história da arte e do cinema; oficinas de texto; aulas práticas de câmera e de edição; discutiram as relações entre comunicação e cultura etc. Ao final, realizaram juntos um produto audiovisual: um programa televisivo dividido em várias partes (vídeoclip, documentário, vídeo experimental etc.), todo ele feito pelos jovens.

Mas estes jovens, durante, ou ao final do projeto, não se identificavam, nem eram identificados, como integrantes de uma turma definida, delimitada, com rituais, vestes, valores específicos, como, por exemplo, os punks, os grafiteiros, os rappers, os membros de torcida organizada etc. Todos mantiveram as suas diferenças, as suas singularidades. Em outros termos, não temos aqui a afirmação de um estilo de vida específico.

Outro dado não contemplado pelo conceito de tribo e tribalismo é que ao ressaltar a comunidade de sentimentos, esconde, ou não revela, os conflitos, as tensões, as negociações ocorridas entre os jovens. E o que nós encontramos, já desde esses momentos iniciais da nossa pesquisa, é justamente a negociação constante entre eles, como forma de ir adiante com o projeto, apesar dos interesses, visões de mundo, perspectivas várias e muitas vezes conflitantes que existiam.

Então como pensarmos a ação desses jovens reunidos em torno do NoAr? Como afirmamos anteriormente, dispondo de poucos dados empíricos o que nós propomos é colocar, à título de hipótese, uma linha de reflexão que pode nos ajudar a compreender aquela comunidade. Nesse sentido, arriscamos em afirmar que se estabelece ali uma “política de amizade”.

Ora, e do que trata essa política? Seguindo as indicações de Francisco Ortega (2000), podemos dizer que trata da experimentação de novas formas de sociabilidade que retraçam e reinventam o político diante da despolitização e do esvaziamento do espaço público.

Ortega, ao discutir o pensamento de Hannah Arendt, coloca que, ao contrário da esfera pública habermasiana, que tende para a unificação, para a identidade, a idéia de espaço público, na ótica de Arendt privilegia as diferenças, a pluralidade. E não estando ligado ao Estado, o espaço público não privilegia locais de ação política, pois são múltiplas as possibilidades onde se pode criar algo novo, experimentar novos espaços. Daí a autora privilegiar a amizade em relação à fraternidade, pois esta seria uma forma de comunidade baseada na identidade (“somos todos iguais”), enquanto a primeira está voltada para o público, é um fenômeno político.

Por sua vez, Ortega(1999) retoma os escritos de Michael Foucault, em especial a última parte de sua obra, para discutir como a subjetividade se constitui através das técnicas de si que, ao contrario do que aparenta, pressupõe o coletivo, o contato intersubjetivo, a presença do outro. A subjetividade é uma construção coletiva e que se dá por meio da amizade.

A subjetividade assim entendida é uma postura política, uma forma de resistência diante do poder moderno. Foucault traçou ao longo de sua obra a genealogia do poder disciplinar, sobre o corpos individuais, e do bio-poder, sobre as multidões. Sociedade

disciplinar e sociedade de controle⁵. Pois, em obras como *A hermenêutica do sujeito* e os dois últimos volumes da *História da sexualidade*, por exemplo, o pensador francês retoma a idéia de sujeito, um sujeito produzido coletivamente pelas técnicas de governo e, por outro lado, um sujeito que resiste a partir das técnicas de si.

Para Foucault, nos dias de hoje, construir uma ética do eu é uma tarefa fundamental, “se for verdade que, afinal, não há outro ponto, primeiro e último, de resistência ao poder político senão na relação de si para consigo” (FOUCAULT, 2004, p. 306).

Não se trata, certamente, do sujeito moderno, cartesiano, essencialista, substancialista, universal, o sujeito da verdade, do conhece-te a ti mesmo (*gnôthi seautón*), mas de um sujeito ético, construído por meio das técnicas de si, do cuidado de si (*epiméleia heautoû*).

Como situa Ortega, Foucault, em seus últimos trabalhos,

aponta para uma relação não normatizada (nem normatizável) consigo como alternativa às estratégias de subjetivação do poder disciplinar moderno e do bio-poder – subjetividade como decisão ético-estética, como cuidado de si, e não como objeto de um poder “descuidante”. O indivíduo possui a capacidade de efetuar determinadas operações sobre si para se transformar e constituir para si uma forma desejada de existência (ORTEGA, 1999, p. 23).

O que não significa o individualismo egoísta neoliberal próprio de uma cultura narcisista – não que o risco de tornar isto não exista. Como alerta Jurandir Freire Costa, a noção foucaultiana de amizade e de prazer pode efetivamente ser uma linha de fuga à “burocratização de nossos espíritos”, mas também pode funcionar “como material reciclável pela cultura publicitária dos corpos e das sensações” (COSTA, 1999, p. 19). O importante, então, é apostar na proposta de Foucault que é a de “uma genealogia da amizade como subjetivação coletiva e forma de vida, isto é, a criação de um espaço intermediário capaz de fomentar tanto necessidades individuais quanto objetivos coletivos” (ORTEGA, 1999, p. 24).

Outro conceito importante que surge nas últimas obras de Foucault é o de experiência. Por meio da experiência é que o sujeito se transforma. O homem é um “animal de experiência”, afirmou o pensador francês, pois nunca parou de construir a si mesmo, de

⁵ Ver, em especial, FOUCAULT (1999).

se constituir em séries infinitas e múltiplas de subjetividades, que não possuem um final, nem afirmam o que seja o “homem”.

Ortega enumera alguns elementos teóricos da noção de sujeito em Foucault:

1. Uma noção processual da subjetividade centrada nas diferentes modalidades de relação consigo permite a Foucault fugir do retorno a uma filosofia do sujeito (...) O resultado é a historicização do sujeito; não existe um sujeito como tal (universal, a-histórico), mas uma história da subjetividade, ou seja, das diferentes tecnologias de si;
2. A questão dos estilos de existência ganha atualidade não somente como categoria histórico-sociológica mas também ontológica. O estilo determina a modalidade de relação consigo e aponta para um tipo de moral que não persegue a codificação das ações ou a submissão à lei; trata-se de uma moral orientada para a ética, ou seja, um tipo de moral definido pelo estilo de existência;
3. Uma forma de escapar à questão da normatividade. Foucault não pretende oferecer uma solução ou prescrever uma forma determinada de relacionar-se consigo. Seu objetivo é simplesmente acompanhar a genealogia das problematizações e de suas correspondentes práticas de si
4. A proibição é substituída pela problematização moral, definida a partir das práticas de si e de suas transformações.

Pensando neste sujeito processual, histórico, ontológico, imanente, ético definido por Foucault podemos ver o sujeito das políticas culturais da diferença. Entendo também que podemos enxergar os jovens que vão se constituindo em suas práticas coletivas no campo midiático. Todos procuram estilos de vida específicos, mas que são construídos no convívio diário no Alpendre, uns com os outros, com os professores, com os personagens que encontram em seus documentários. No desenvolvimento da *parrhesía*, que, explica Foucault (2004), é uma nova ética da relação verbal com o Outro. Este é um caminho possível a ser seguido no desdobramento da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A.. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A..(orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 15-60.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação**. São Paulo: Summus, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CARDOSO, R; SAAMPAIO, H. **Bibliografia sobre a juventude**. São Paulo: Edusp, 1995.

COSTA, Jurandir Freire. Prefácio a título de diálogo. In: ORTEGA, F. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro, Graal, 1999. p. 11-20

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MCGUIGAN, Jim. **Culture and public sphere**. Londres e Nova York: Routledge, 1996.

ORTEGA, Francisco. **Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

_____. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro, Graal, 1999.

SOUSA, Vancarder Brito. **Medo, memória e pertença: o caso da favela do Poço da Draga em Fortaleza**. Cópia mimeografada. s/d.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2005.

WEST, Cornel. The new cultural politics of difference. In: RAJCKMAN, L. (org.). **The identity in question**. Londres e Nova York: Routledge, 1995. p. 147-171.